

Projeto Pescar como estratégia de moralização de jovens em situação de vulnerabilidade social

Projeto Pescar as a moralization strategy of young people in social vulnerable situation

Daniela de A. Ortácio
Karla Saraiva

RESUMO

O artigo tem como objetivo analisar os discursos colocados em movimento por um conjunto de documentos relacionados com o Projeto Pescar, uma iniciativa voltada para a formação profissional de jovens em situação de vulnerabilidade, visando mostrar que seu funcionamento se encontra orientado para a moralização de seus usuários. A investigação foi desenvolvida tomando como lentes teórico-metodológicas os estudos foucaultianos. A partir das análises, foi possível mostrar que o projeto investe em mecanismos disciplinares para a moralização dos sujeitos atendidos pelos cursos ao mesmo tempo em que utiliza uma lógica fundada na governamentalidade neoliberal para dirigir-se aos empresários parceiros.

Palavras-chave: governo; juventude; disciplina; moralização.

ABSTRACT

The article aims to analyze the discourses deployed by a set of documents related to the Projeto Pescar, an initiative focused at the training of young people in vulnerable situation, seeking to show that its operation is oriented to the moralization of its users. The research was developed taking as theoretical and methodological lenses the foucaultian studies. From the analysis, it was possible to show that the project invests in disciplinary mechanisms for the moralization of the subjects attended by the courses at the same time it uses a logic based on the neoliberal governmentality to address the business partners.

Keywords: government; youth; discipline; achievement.

O Projeto Pescar foi fundado por um empresário gaúcho em 1976, no intuito de dar formação profissional a jovens excluídos. Atualmente, sua missão consiste em “promover oportunidades de desenvolvimento pessoal, cidadania e iniciação profissional para jovens em situação de vulnerabilidade social, por meio de parcerias com empresas e organizações” (FPP, 2016). Ele é desenvolvido por empresas e organizações públicas parceiras que oferecem suas dependências e dão suporte financeiro para a realização de cursos de formação profissional, ministrados por voluntários. Elas aderem ao projeto para investir em práticas de responsabilidade social.

É possível observar que a missão atual do Projeto Pescar amplia bastante seu objetivo inicial, estritamente focado na formação profissional. De acordo com o site da Fundação Projeto Pescar (FPP, 2016), o Programa Social Pescar desenvolve “competências pessoais e profissionais”, pela articulação de três dimensões: saber conviver, cidadão e profissional. Para dar conta desse propósito, a matriz curricular da formação está organizada em dois eixos: um que se refere a conteúdos técnicos de qualificação profissional, que ocupa 40% da carga horária; e, outro, que ocupa 60% da carga horária, com conteúdos gerais de formação humana e cidadania.

Em um primeiro momento, chama a atenção o fato de que um projeto que se propõe a dar formação profissional tenha 60% de sua carga horária dedicada a assuntos gerais, muitos deles de ordem considerada privada, como família, sexualidade e higiene. Esse estranhamento coloca-se como o ponto de partida deste artigo. Assumimos como hipótese que tais práticas funcionam como estratégias de governamento dos alunos para a produção de um sujeito com determinadas competências profissionais, mas, principalmente, para a moralização dos jovens em situação de vulnerabilidade. Para verificar a hipótese inicial, utilizaremos um conjunto de documentos composto pelo *Manual de desenvolvimento pessoal e cidadania* (FPP, 2008), as *Normas de convivência do jovem* (FPP, 2014a), o *Relatório de atividades de 2013* (FPP, 2014b) e o *site* da FPP (FPP, 2016).

Na próxima seção, desenvolvemos uma discussão sobre a articulação entre os conceitos de juventude e risco para embasar as análises posteriores. Na seção seguinte, são desenvolvidas análises dos documentos *Manual de desenvolvimento pessoal e cidadania* (FPP, 2008), as *Normas de convivência do jovem* (FPP, 2014a), voltados para estabelecer as bases pedagógicas do projeto. A seguir, são analisados o documento *Relatório de atividades de 2013* (FPP, 2014b) e a parte do *site* da FPP (FPP, 2016) voltada para os empresários.

Juventude e risco

Conceituar juventude não é algo fácil e nem de consenso. Para Dayrell (2003), muito frequentemente ela é concebida como uma fase transitória, na qual o jovem é um “vir a ser” em sua passagem para a fase adulta. Assim como a criança foi caracterizada com atributos como inocência e heteronomia, o jovem seria marcado pela liberdade e pela rebeldia, pelo menos desde o pós-guerra (SOUZA, 2006). A partir dessa representação, a juventude foi considerada uma ameaça à estabilidade social, um problema que precisaria de investigação e intervenção.

Segundo Coimbra e Nascimento (2003), no Brasil, a juventude e a infância pobre vêm sendo associadas com a ideia de periculosidade, pelo menos, desde o início do século XX. Segundo as autoras, tais práticas estão ancoradas em teorias eugenistas e racistas, desenvolvidas pela ciência do século XIX, que entendiam que o mal da sociedade estava ancorado na pobreza. Assim, era necessário promover um “saneamento moral” para evitar que crianças e jovens viessem a compor a chamada “classe perigosa”. De acordo com as autoras,

os filhos da pobreza [teriam] duas classificações: a infância em perigo – aquela que ainda não delinuiu mas pode vir a fazê-lo e por isso deve ser tutelada – e a juventude perigosa – aquela percebida como delinquente e, portanto, ameaçadora para a manutenção da ordem social (COIMBRA; NASCIMENTO, 2016, p.2)

De acordo com a citação acima, a noção de perigo apresentada pelas autoras pode ser entendida como algo cabível de sofrer intervenções por meio da ação humana. Nesse sentido, a periculosidade à qual as autoras se referem nos parece poder ser analisada a partir do conceito de risco, uma vez que seria possível evitar as viciosidades dos jovens pobres mantendo o controle das suas virtualidades.

De acordo com Saraiva (2013), a noção de risco surge no século XIV, relacionada aos eventos naturais que poderiam causar colocar os sujeitos em perigo, porém fora do alcance da agência humana. Gradativamente, a noção de risco vai se transformando. No século XVII, com a emergência da estatística, o risco ganha uma cientificidade, passando a ser entendido como algo calculável, “o risco aparece aí como uma medida em um cálculo de probabilidades” (LUHMANN, 1992, p. 36). Ao tornar o risco mensurável, ele passa a ser concebido como um modo de tratar os acontecimentos que “possam ocorrer a um grupo de indivíduos, ou seja, à população”. Essa noção é o que distingue risco de perigo, pois, segundo Luhmann (1992), o perigo refere-se a danos externos que fogem ao controle humano e não são calculáveis. Para esse autor, o que se torna central na noção de risco é a possibilidade de evitar ou minimizar os efeitos nocivos de determinados eventos.

A partir dessas teorizações, parece-nos possível vincular a noção de risco aos jovens do Projeto Pescar, uma vez que a vulnerabilidade indica uma propensão desses sujeitos se envolverem em episódios que ameaçam a sua própria segurança, bem como (e, talvez, principalmente) a da própria sociedade. Na esteira de Coimbra e Nascimento (2003), entendemos que o Projeto Pescar seria uma forma de tutelamento da juventude pobre para que não venha a delinquir. Este tutelamento da juventude e da infância pobre não é algo novo, mas se insere em uma tradição que

remonta, pelo menos, ao Renascimento, quando são criadas instituições para recolher crianças abandonadas e órfãs (VARELA; ALVAREZ-URÍA, 1992).

Cabe notar que, com a emergência do capitalismo industrial e do que Foucault (2010) denominou sociedade disciplinar, começou a desenvolver-se uma preocupação não somente com as infrações cometidas pelos sujeitos, mas também com aquelas que poderiam vir a ser cometidas, passando-se a exigir um controle das virtualidades dos indivíduos, ou seja, um cálculo do risco com relação àqueles que não tivessem suas virtualidades bem desenvolvidas. Considerando a história de trezentos anos de escravidão do Brasil, a figura do trabalhador que se forja no país refere-se àquele sujeito que tem liberdade de vender sua força de trabalho no mercado, desde que aceite as regras colocadas por uma sociedade de classes. Para aqueles que não conseguem vender sua força de trabalho nas condições impostas, produz-se a ideia de ociosidade, de falta de vontade, de vadiagem. Nessa perspectiva, a pobreza e a miséria são produtos da ausência de vontade dos sujeitos de se inserirem no mercado de trabalho (COIMBRA; NASCIMENTO, 2003). A necessidade de moralização dos sujeitos, por conseguinte, recai com maior força sobre os pobres, que se tornam objeto de atenção de instituições assistenciais e do Estado.

Parece-nos que o Projeto Pescar tenha por objetivo, justamente, fortalecer as virtualidades dos sujeitos vulneráveis que se inscrevem em seus cursos. Entendemos que sua concepção de ensinar a pescar signifique, mais do que dar uma qualificação profissional, produzir a vontade de trabalhar, retirando os jovens beneficiados da indolência e colocando-os dentro de uma moral burguesa de valorização do trabalho e de aceitação da estrutura social. Não apenas ensinar a pescar, mas despertar a vontade de pescar. Isso justifica a necessidade de uma formação que vá além das estritas capacidades profissionais, pois seu objetivo é produzir um sujeito não apenas capacitado para o trabalho, mas, sobretudo, um *ethos* trabalhador. As análises que fazemos na próxima seção corroborariam essas proposições.

Segundo a FPP (2008, p. 58), a inclusão de temáticas relativas à formação humana e cidadania “amplia os limites e as possibilidades para o alcance de um modelo ‘verdadeiro’ ou ‘real’ de intervenção”, ou seja, de acordo com o que temos assumido até aqui, de moralização dos jovens. De alguma forma, o eixo de desenvolvimento pessoal e cidadania coloca em funcionamento um conjunto de valores tomados como verdadeiros e não problemáticos, naturalizando um determinado modo de ser e estar no mundo. Portanto, parece-nos que esse eixo do Projeto Pescar funciona, de modo análogo à escola pública que foi implantada na Europa já no século XIX, como uma estratégia de moralização da juventude das classes populares (VARELA; ALVAREZ-URÍA, 1992).

Para dar conta dessa formação mobilizada para a moralização e para a produção de uma subjetividade desejável, a FPP desenvolveu o *Manual de desenvolvimento pessoal e cidadania* (FPP, 2008), uma publicação com 640 páginas, dividida em oito capítulos, que subsidia a ação dos voluntários que atuam nos diversos núcleos do Projeto Pescar como orientadores. Além disso, existe um documento denominado *Normas de convivência do jovem* (FPP, 2014a) que deve ser assinado pelos ingressantes, demonstrando seu conhecimento e assentimento dessas normas. Na próxima seção, analisamos esses dois materiais com o objetivo de mostrar que as práticas pedagógicas e normas que aí são propostas funcionam como estratégias de moralização.

Desenvolvimento social, cidadania e moralização

No Brasil, nas primeiras décadas do século XX, a implantação de reformas higienistas nos centros urbanos foi responsável por recortar perfis de indivíduos que se encontravam à margem da ordem burguesa. “Entre essas figuras marginais estavam a família disfuncional, a jovem prostituta e o delinquente juvenil” (CÉSAR, 1999, p.1). As famílias operárias e pobres foram especialmente alvo de ações disciplinadoras e de intervenção de instituições públicas e privadas, pois eram consideradas incapazes – tanto pela ausência de recursos econômicos, quanto pela ausência de recursos morais e de conhecimento – de educar seus filhos. Por essa razão, foram alvo de ações sociais moralizadoras (CÉSAR, 1999). Nessa lógica, os filhos de famílias pobres eram objeto de atenção dos discursos intervencionistas, pois julgavam que essas crianças e jovens estavam desassistidos e vulneráveis às condições adversas que as ruas poderiam oferecer.

O modo como o *Manual de desenvolvimento social e cidadania* refere-se aos jovens atendidos pelo Projeto Pescar parece ressoar as discussões de César (1999).

O Projeto Pescar é dirigido aos jovens em situação de vulnerabilidade social, portanto, é um pressuposto que muitos deles enfrentam situações de pobreza, acesso restrito a serviços públicos (educação, saúde, esporte, lazer, cultura), violência (juvenil, doméstica, urbana) e de restrição de direitos sociais, dentre outros (FPP, 2008, p. 46).

Com efeito, no próprio *Manual* é possível encontrar a afirmação de que seu principal propósito é a transformação dos hábitos dos jovens atendidos, sendo a formação um meio e não um fim. Ou, dito de outro modo, o excerto seguinte deixa claro que o projeto se constitui em uma estratégia de moralização.

O compromisso social das Unidades Projeto Pescar é promover oportunidades para jovens em situação de vulnerabilidade social, por meio da educação profissional, estimulando-os a adotar novos hábitos e atitudes de convivência e cidadania (FPP, 2008, p. 7).

O *Manual* também associa a condição de vulnerabilidade com possíveis disfunções familiares e com suas vivências no espaço urbano, tal como César (1999) mostra que já ocorria com as teorias higienistas do início do século XX.

O simples fato de ser menor de idade coloca o indivíduo em uma situação de inferioridade, tornando-o bastante vulnerável. Sua menor robustez física, sua dependência econômica, sua subordinação social, a falta de maturidade psicológica e de experiência são fatores que concorrem para este quadro de inferioridade que coloca esse jovem em uma posição de vulnerabilidade, ou seja, como uma vítima potencial. O que torna este fenômeno mais agravado e complexo é que, comumente, as agressões contra os jovens ocorrem no ambiente familiar, ou seja, os agressores são os próprios pais (FPP, 2008, p. 51-52).

Ainda de acordo com o documento *Normas de convivência do jovem*, os participantes do programa necessitam não apenas cumprir as normas, mas, sobretudo, aprender a cumpri-las. A situação de vulnerabilidade dos jovens é o que tornaria necessária essa aprendizagem, sinalizando um entendimento de que vivem em um ambiente desregrado, sem condições de incutir-lhes a valorização de um comportamento ordeiro.

Mais do que regras a serem cumpridas para o bom funcionamento do Projeto Pescar, as normas devem ser tratadas como mais um conteúdo, um exercício constante a ser desenvolvido dentro do Projeto. Neste exercício desafiador que é respeitar e cumprir regras impostas pelo mundo corporativo, vocês estarão se preparando para o futuro, onde irão encontrar desafios semelhantes e até mais difíceis para conquistar seus sonhos. É conveniente destacar que estas informações farão diferença para sua formação, e serão condições indispensáveis para que você esteja conosco até o final desta jornada (FPP, 2014a, p. 2, grifo das autoras).

A obediência voluntária aos regulamentos, conforme Foucault (2008a), é um quesito fundamental para o funcionamento das disciplinas e uma aprendizagem imprescindível para o disciplinamento dos corpos. Na obra *Vigiar e punir*, publicada em 1985, o autor mostrou que a escola moderna, bem como outras instituições como a fábrica, o quartel, e a prisão, organizou-se a partir de mecanismos disciplinares. Para ele, a modernidade foi marcada por uma sociedade disciplinar (FOUCAULT, 2010). A disciplina tem por objetivo produzir corpos dóceis e úteis, maximizando sua potência produtiva e minimizando sua resistência política.

De acordo com Varela e Alvarez-Uría (1992), desde o século XVI, foram criadas instituições para recolhimento da infância e juventudes pobres, visando dar-lhes orientação moral. Segundo esses autores, tanto os colégios voltados para a *infância de qualidade*, ou seja, para as crianças da nobreza e da alta burguesia, quanto as instituições voltadas para a *infância rude*, as crianças das classes populares, eram organizados por princípios disciplinares, ainda que a disciplina fosse muito mais rígida nesses últimos. Para os pobres, uma máxima repreensão seria associada com um mínimo saber, no intuito de torná-los submissos. Os autores citam Vives, um moralista do século XVI, para corroborar suas discussões: “governem esta escola varões honesta e cortesmente educados tanto quanto seja possível, que comuniquem seus costumes a esta rude escola; porque de nenhuma coisa advém maior risco aos filhos dos pobres, que da vil, imunda, incivil e tosca educação” (VIVES apud VARELA; ALVAREZ-URÍA, 1992, p.76).

As disciplinas, no decorrer do século XVII e XVIII, se tornaram fórmulas gerais de dominação, através de uma política de coerções dos corpos que esquadrinha todos os seus elementos, gestos e comportamentos. Em primeiro lugar, irão distribuir os indivíduos no espaço e, para isso, precisam constituir espaços heterogêneos, mas fechados em si mesmo. Porém, o princípio da clausura para os aparelhos disciplinares não é suficiente, é necessário trabalhar o espaço de maneira flexível, ou seja, localizar cada indivíduo em um lugar e destinar cada lugar para um indivíduo. As disciplinas organizam o espaço de forma analítica, em que é possível saber onde e como cada um está para vigiar e, se necessário, sancionar seu comportamento, bem como “para conhecer, dominar e utilizar” as multiplicidades humanas.

Nas palavras de Foucault (2010, p. 143), “trata-se de organizar o múltiplo, de se obter um instrumento para percorrê-lo e dominá-lo; trata-se de lhe impor uma ordem”, que irá, posteriormente, recobrir o tecido social. De alguma forma, as práticas disciplinares, intensificadas no século XVIII, parecem estar voltadas, antes de tudo, aos indivíduos que necessitavam se ajustar às configurações da modernidade. Para a massa de “vagabundos”, os quartéis; para os loucos, os hospitais; para os jovens desvalidos, as instituições educacionais públicas ou filantrópicas; para pobres, as fábricas. Segundo Foucault (2010, p. 164), o poder disciplinar

[...] adentra as multidões confusas, móveis, inúteis de corpos e forças para multiplicidade de elementos individuais – pequenas células separadas, autonomias orgânicas, identidades e continuidades genéticas, segmentos combinatórios. A disciplina “fabrica” indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objeto e como instrumento de seu exercício.

As disciplinas caracterizariam a pobreza como se fosse inerente ao indivíduo, e não uma condição externa a ele. Uma condição que o compromete moralmente e, por isso, torna-se necessário adestrá-lo e moldá-lo a certos padrões sociais. De certo modo, o Projeto Pescar parece assumir tal compreensão sobre a pobreza, pois, segundo o *Manual*:

Escola e trabalho assumem importância cada vez maior nos discursos e nas iniciativas do Estado e da sociedade para promover a inserção social dos jovens. Apontados como a saída para o afastamento do mundo das drogas, da delinqüência e a possibilidade de ingresso no mercado de trabalho, eles soam como uma solução mágica à juventude em situação de vulnerabilidade (FPP, 2008, p. 31).

Ainda que o poder disciplinar se alastre por todo tecido social, “num sistema de disciplina, a criança é mais individualizada que o adulto, o doente o é antes do homem são, o louco e delinqüente mais que o normal e o não-delinqüente” (FOUCAULT, 2010, p.161). Seguindo essa lógica, as investidas do poder disciplinar seriam maiores sobre os pobres do que sobre as classes mais favorecidas. Portanto, pensamos que a orientação fortemente disciplinar do poder disciplinar do Projeto Pescar possa estar ligada à vulnerabilidade de seu público.

Porém, se foi Foucault quem forjou o conceito de sociedade disciplinar, também foi ele quem, em uma entrevista concedida em 1978, declarou que “há cada vez mais categorias de pessoas que não estão submetidas à disciplina” (FOUCAULT, 2003, p.268). Seguindo nessa linha, Deleuze (1992) propôs que estaríamos vivendo em uma sociedade de controle, em que os mecanismos disciplinares não desaparecem, mas cedem espaço para outras formas de condução das condutas. Nessa sociedade, é possível perceber que as orientações para a educação escolarizada visam afastá-la das chamadas pedagogias disciplinares, aproximando-as das pedagogias psicológicas (VARELA, 1996), que parecem mais adequadas a essa nova organização social. Hoje, existe uma multiplicidade de vozes – na mídia, nos artigos acadêmicos e nos discursos que circulam nos cursos de pedagogia – que clamam pelo fim de uma escola dita tradicional, indicando uma desvalorização do modelo disciplinar.

A partir dessa discussão, consideramos que o Projeto Pescar se coloque na contramão dessa tendência, pois o material analisado indica uma orientação pedagógica que enfatiza os mecanismos disciplinares. O que parece estar em curso na proposta pedagógica do projeto é a utilização privilegiada da disciplina para a moralização dos sujeitos. Talvez os pobres ainda não tenham direito a instituições contemporâneas orientadas pelo controle e devam continuar submetidos aos rigores disciplinares.

Retomando as análises do material empírico, observamos que importância das normas aparece não apenas no documento *Normas de convivência do jovem*, como também no *Manual de desenvolvimento pessoal e cidadania*.

Ao jovem, em especial, por estar em processo de formação profissional, é fundamental assegurar-lhe o conhecimento das normas que regem o convívio das relações de trabalho, para que ele possa desenvolver sua atividade profissional com ética, segurança, qualidade e responsabilidade (FPP, 2008, p. 6-8).

A ênfase nas normas atravessa o Projeto Pescar. Não apenas existe um documento específico que trata dessa questão, como também ela é retomada no material que dá a orientação pedagógica para o eixo de *desenvolvimento pessoal e cidadania*. Cabe notar que a vivência de uma das autoras deste artigo em instituições que colaboram com a FPP a autoriza a afirmar que, no cotidiano do Projeto Pescar, a cobrança do cumprimento das regras é bastante intensa, havendo punições para quem as desrespeita. Inculcar nos jovens em situação de vulnerabilidade o respeito a normas e regulamentos não seria apenas uma ação para torná-los úteis para o trabalho, mas uma necessidade para afastá-los da ilegalidade e para torná-los sujeitos morais. Aprender a obedecer a regulamentos se constituiria em um caminho para desviar-se da delinquência por meio da produção de um *ethos* moral. A delinquência consistiria em um sistema desregrado, o outro da ordem. Somente por meio da ordem seria possível obter uma conduta moralmente aceitável.

A associação entre pobreza e delinquência, em especial delinquência infantil, não é recente. Segundo Rizzini (1997), o higienismo que se estabeleceu no início do século no Brasil considerava o ambiente em que viviam as famílias pobres pouco saudável, trazendo um grande risco de produzir delinquentes. Foucault (2010), por sua vez, mostra que na Europa, na segunda metade do século XVIII, houve uma reforma do direito criminal que redistribuiu e redefiniu as punições. Com o aumento das riquezas e com o crescimento demográfico, há uma mudança no alvo da ilegalidade popular. Já não se enfatizam as ilegalidades que ameaçam os direitos (como o direito à vida), mas as que ameaçam os bens, as propriedades da burguesia. O roubo passa a ser punido com crescente rigor¹.

Deste modo, o Projeto Pescar parece se inserir nessa longa tradição que associa pobreza, imoralidade e delinquência, pretendendo ser uma intervenção moralizadora capaz de romper com o círculo vicioso em que viveriam esses jovens. O

¹ Cabe destacar que os crimes característicos da burguesia, como a evasão fiscal, as fraudes e as operações comerciais irregulares, são punidos com menos rigor (FOUCAULT, 2010). Além disso, os que praticam esses crimes não são chamados delinquentes ou bandidos.

projeto também lançaria mão do mesmo tipo de estratégia que vem sendo utilizada desde o século XVII para a moralização a juventude e a infância pobre, ou seja, o sequestro dos corpos por rígidas instituições disciplinares (VARELA; ALVAREZ-URÍA, 1992).

Essa necessidade de moralização dos jovens vulneráveis pode ser percebida em outras passagens do *Manual*, além das já aqui apresentadas. Em um determinado trecho, lemos que “os adolescentes com baixa autoestima têm relacionamentos mais frágeis, assumem facilmente comportamentos de risco e mais frequentemente apresentam insegurança e fracasso escolar” (FPP, 2008, p. 26). No caso, a publicação associa a baixa autoestima com as condições econômicas e sociais precárias de suas vidas. Ela também menciona que a “ineficácia das políticas públicas, ao longo das últimas décadas no cenário brasileiro, tem contribuído para que as crianças pobres e os jovens enveredem para o mundo do crime” (FPP, 2008, p. 39-40). Nesse último excerto, aparece uma crítica ao Estado, deixando implícito que a iniciativa privada poderia preencher essa lacuna com maior eficácia, em uma clara orientação neoliberal.

O investimento político nos corpos está ligado à necessidade de sua utilização econômica. Sua constituição como força de trabalho só é possível se ele for capturado por um sistema de sujeição. De acordo com Ewald (1993, p. 33-34), as teorias marxianas falham ao não compreender que as disciplinas se configuram para além da reprodução da força produtiva, constituindo uma estratégia de poder.

A oficina disciplinar reúne duas exigências específicas (mais valia por um lado, docilidade por outro), de maneira que produzirá seus efeitos de ambos os lados simultaneamente. Segundo o princípio da integração, ambas as tecnologias, produtiva e política, são indissociáveis: produzir é disciplinar e disciplinar é produzir; a produção de riqueza será, ao mesmo tempo, produção de homens dóceis.

Sendo assim, o poder disciplinar não atua junto ao aparelho de produção para servi-lo, protegê-lo e/ou favorecê-lo. As relações disciplinares são elas mesmas constituintes do capitalismo industrial. Nesse sentido, justifica-se a centralidade que o trabalho toma nas vidas dos sujeitos e, em especial, na organização da sociedade moderna. A ética burguesa de amor ao trabalho é transmitida por meio das instituições disciplinares para outros extratos sociais (VARELA; ALVAREZ-URÍA, 1992). O *Manual de desenvolvimento pessoal e cidadania*, orientado por uma proposta pedagógica disciplinar e apontando para um entendimento de organização disciplinar dos locais de trabalho, vai ao encontro dessas discussões.

Capacitar os jovens para o trabalho e apontar-lhes o caminho para sua própria dignidade e desenvolvimento integral como ser individual e como membro da sociedade são objetivos das Unidades Projeto Pescar. O trabalho é um processo de transformação da natureza para responder àquilo que é desejo do ser humano. É pelo trabalho que a pessoa instaura relações sociais e adquire modelos de comportamento, instituições e saberes (FPP, 2008, p. 9).

O excerto anterior, ao tomar o trabalho como a fonte de dignidade, de desenvolvimento e de aquisição de boas condutas, evidencia um entendimento de que os processos disciplinares que aconteceriam no meio profissional são constituintes dos corpos dóceis e úteis dos trabalhadores. Desse modo, a formação para o trabalho já seria uma estratégia de subjetivação dos jovens para além do desenvolvimento das capacidades profissionais. A disciplina seria um valor em si mesmo, não apenas uma habilidade necessária para o trabalhador. Existiria uma relação circular entre trabalho e disciplina: o trabalho necessita corpos disciplinados, mas também aprofunda esse disciplinamento.

A articulação entre mecanismos disciplinares e moralização no Projeto Pescar fica evidenciada nas análises desenvolvidas até aqui. De acordo com Foucault (2010, p.148), a disciplina visa reprimir a

micropenalidade do tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser (grosseira, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes "incorretas", gestos não conformes, sujeira), da sexualidade (imodéstia, indecência).

Algumas dessas micropenalidades podem ser identificadas nos materiais empíricos. Nas *Normas de convivência do jovem* aparece, de forma explícita, a necessidade de fazer a higiene pessoal, de utilizar uniforme e, também, a obediência às regras, políticas e normas que envolvem a empresa e o Projeto Pescar. O excerto abaixo exemplifica as infrações relacionadas com a maneira de ser:

O Jovem deve comprometer-se a manter conduta exemplar que não exponha a intimidade/privacidade dentro e fora da Unidade, incluindo as mídias sociais, zelando assim pela boa imagem da sua pessoa, da Unidade, da Empresa/Organização e do Projeto Pescar (FPP, 2014a, p. 3).

As infrações relativas ao cuidado do corpo aparecem com destaque neste documento.

No ambiente da Empresa/Organização é imprescindível obedecer às Normas de Segurança e atender quanto à apresentação pessoal para o ingresso no

mercado de trabalho, em especial nos cuidados com o cabelo, a barba e tatuagens visíveis. É proibido o uso de calçados abertos, bonés, ficar sem camisa, com roupas curtas, cavadas e com decotes. Também, não são permitidos brincos, piercing e alargadores (FPP, 2014a, p. 3).

10 - São importantes os cuidados com a higiene pessoal, incluindo o banho, as unhas, os cuidados com os dentes, mantendo os cabelos limpos e penteados.

11 - O uso do uniforme é obrigatório a partir da entrega dos mesmos e esse deve estar limpo e bem apresentado (FPP, 2014a, p. 3-4).

O *Manual* também apresenta questões relativas à higiene:

Aspectos simples de higiene têm fundamental importância para a conservação da saúde e devem ser enfatizados na infância e juventude para que se transformem em hábitos saudáveis. Muitas vezes adolescentes e adultos desconhecem o quanto poderiam melhorar a sua saúde e aparência pessoal se tivessem por hábito praticar princípios elementares de higiene. [...] 1.7.3 Limpeza do corpo: a) Couro cabeludo: utilizar pente ou escova individual; lavagem: duas ou três vezes por semana; [...] (FPP, 2008, p. 39).

Foucault (2001, p.118) afirma que “nas escolas não se ensina somente a ler, mas se obrigam as pessoas a se lavar” porque as instituições disciplinares ultrapassam seu objetivo explícito, visando ao controle da existência. Pensamos ser possível estender essa afirmativa ao Projeto Pescar, que não se atém apenas a dar formação para exercício de uma profissão, mas pretende intervir nas mais variadas áreas das vidas dos jovens, inclusive em relação a seus hábitos de higiene.

O caráter fortemente prescritivo das orientações acima reforça a ideia de uma organização rigidamente disciplinar. De acordo com Foucault (2008), as normas disciplinares são constituídas a partir de saberes do senso comum e de noções morais, devendo ser seguidas voluntariamente por todos. A partir delas é possível separar normais e anormais, sujeitos morais e viciosos, aplicando as sanções normalizadoras que se fizerem necessárias.

Conforme já viemos discutindo ao longo do artigo, o Projeto Pescar, mesmo que tenha como proposta a capacitação para o mercado de trabalho de jovens em situação de vulnerabilidade social, colocaria tal finalidade em segundo plano. Sua proposta pedagógica mostra-se revestida de estratégias de moralização dos sujeitos fortemente vinculadas aos mecanismos disciplinares. Parece existir uma vontade de moralização dos jovens em situação de vulnerabilidade que utiliza a capacitação profissional como elemento de sedução para que se integre a seus cursos. Seria uma ênfase moral que se encontra no campo das práticas pedagógicas e que parece ser

essencial para se tornar, mais do que um trabalhador, um sujeito ajustado às condições sociais, com capacidade de resistência minimizada.

Entretanto, a infância desvalida não foi apenas encerrada em instituições disciplinares para submeter seu corpo a processos de moralização abstratos, mas frequentemente esses processos eram associados com as necessidades de produção. A formação de crianças e jovens pobres para o trabalho é uma prática que emerge ainda no século XVI e que se consolida gradativamente. Essa formação preparava para atividades pouco valorizadas socialmente e que utilizavam, sobretudo, as capacidades mecânicas do corpo. Manfredi (2002) afirma que, no Brasil, desde seus tempos de colônia, já havia instituições para oferecer formações para os pobres exercerem atividades manuais que, na maioria das vezes, eram realizadas por escravos. A formação para o trabalho era considerada uma forma de moralização, pois permitia que os pobres tivessem um trabalho e pudessem se afastar do vício. A FPP parece se colocar missão semelhante, funcionando como uma segunda possibilidade de salvação da delinquência quando a escola falha, uma vez que ela introduziria os jovens em situação de vulnerabilidade no mundo do trabalho.

A escola é valorizada na sua possibilidade de fornecer os códigos essenciais sobre o domínio da língua e dos fundamentos matemáticos, no entanto, espera-se dela o controle e disciplinamento das crianças. Quando ela não consegue cumprir esse papel, a vinculação ao mundo do trabalho vem ocupar essa lacuna. Neste contexto, escola e trabalho tem o objetivo de preenchimento do tempo livre para o afastamento dos riscos da delinquência e da inculcação de valores morais (FPP, 2008, p. 5).

Diante das análises realizadas, entendemos ser possível afirmar que as estratégias pedagógicas utilizadas pelo Projeto Pescar são fortemente sustentadas por mecanismos disciplinares. Entretanto, como pretendemos mostrar na próxima seção, o Projeto Pescar também está implicado com uma racionalidade neoliberal.

Projeto Pescar e governamentalidade neoliberal

Foucault (2008b), em 1979, já discutia a mobilização de uma racionalidade neoliberal como orientação privilegiada na condução das condutas. Essa racionalidade não estaria em uma relação de pura continuidade em relação à racionalidade liberal, mas estaria, antes, marcada por profundas discontinuidades. A partir de Foucault, Cruz e Saraiva (2012) afirmam que tanto o liberalismo quanto o neoliberalismo não devem ser entendidos apenas como teorias econômicas ou ideologias, mas como formas de governar os indivíduos e a população, cuja naturalização os recobre de

invisibilidade e que atuam nos espaços mais ínfimos da vida social e individual. Ou, segundo Foucault (2008a), liberalismo e neoliberalismo consistem em diferentes formas de governamentalidade, termo forjado pelo autor para dar conta de um conjunto de táticas e procedimentos que constituem uma “arte de governar”, isto é, um modo de realizar a condução das condutas dos outros.

O mais significativo deslocamento que ocorre da governamentalidade liberal para a neoliberal é a mudança do princípio de inteligibilidade das trocas de mercadorias para a concorrência. Isso significa dizer que se, antes, no liberalismo, a ênfase estava nos intercâmbios que se davam em mercados cuja liberdade era entendida como natural, no neoliberalismo, ela estará na competição, que necessita contínua produção de liberdade. A liberdade é produzida incitando cada um a participar do jogo do mercado e a atuar como um empresário de si na gestão de sua vida. Nessa lógica, é necessário colocar todos no jogo de mercado e, para aqueles que não têm condições de inserir-se por conta própria, “deve-se prover recursos mínimos que garanta pelo menos a sua entrada” e, para isso, “[...] o Estado e organizações paraestatais são convocados a promover intervenções sociais para produzir os sujeitos capazes de atuar no mercado” (SARAIVA; LOPES, 2011, p. 19-25). Conforme Castel (2007), desde os anos 1990, observa-se uma explosão do termo exclusão e, como efeito dessa proliferação discursiva, emerge um conjunto cada vez mais amplo de práticas entendidas como práticas de inclusão. A inclusão é entendida aqui como ações que visam inserir no jogo do mercado aqueles sem condições de se inserirem por conta própria.

Aí se encontra, no nosso entendimento, um dos principais aspectos que vinculam o Projeto Pescar ao exercício de uma governamentalidade neoliberal. Sua constituição como entidade social do terceiro setor da economia, que atua no enfrentamento das demandas sociais relacionadas a jovens em situação de vulnerabilidade social, visando capacitá-los para o trabalho, consistiria em um efeito do imperativo neoliberal da chamada inclusão produtiva (LOCKMANN, 2013). Para a autora, essa modalidade de inclusão teria por objetivo o combate à pobreza, enfatizando a noção de cidadania e visando à inserção dos excluídos no sistema produtivo. “A inclusão produtiva é um tipo específico de inclusão que requer um investimento constante sobre o sujeito, justamente por ser ele o próprio responsável, não só por se incluir nos jogos do mercado, mas também por se manter incluído” (LOCKMANN, 2013, p. 152).

Essa ideia de um investimento constante sobre sujeitos que devem ser responsáveis por sua inclusão, no caso os jovens atendidos pelo projeto, pode ser identificada quando o *Manual* afirma que “quem trabalha com jovens é desafiado

constantemente a mostrar opções de caminhos e a estimular os jovens a *seguir adiante sempre, de não desistir frente às dificuldades e limitações* que encontram no percurso de suas vidas” (FPP, 2008, p. 25).

Porém, a articulação entre governamentalidade neoliberal e o Projeto Pescar pode ser percebida mais nitidamente ao analisar documentos dirigidos para os empresários: *o Relatório de atividades de 2013* (FPP, 2014b) e parte do próprio *site* da Fundação Projeto Pescar (FPP, 2016). O excerto abaixo, retirado do Relatório de atividades de 2013, ao articular vulnerabilidade, cidadania e inserção no mundo do trabalho, mostra de modo claro que o Projeto Pescar se configura como uma estratégia de inclusão produtiva.

A Fundação Projeto Pescar promove a integração de *jovens em situação de vulnerabilidade social com o mundo do trabalho*. Com vistas à sua inserção, manutenção e ascensão no mercado formal, a entidade de assistência social oferece cursos socio-profissionalizantes gratuitos, ou seja, qualificação técnica e conhecimentos específicos, habilidade e atitudes, para adolescentes com idade entre 16 e 19 anos.

[...] Voluntários, escolas, Educadores Sociais, apoiadores, Empresas parceiras e seus funcionários, Familiares, Conselhos e Fóruns Municipais também se unem e se articulam *para promover a integração do jovem ao mundo do trabalho, assegurando que esta parcela da população tenha os mesmos direitos e deveres de todos os cidadãos brasileiros* (FPP, 2014b, p. 7-8 grifo das autoras).

É interessante observar que, apesar dessa nossa leitura, em nenhum momento a palavra inclusão aparece nos documentos analisados. Portanto, a inclusão aqui pode ser tomada como um imperativo, algo que adquiriu tamanho destaque e naturalização em nossa cultura que se desenha mesmo quando não há uma referência direta a ela.

Mais adiante, nessa mesma publicação, encontramos novas sinalizações na direção da governamentalidade neoliberal. No excerto abaixo, percebemos que são indicadas orientações pedagógicas que não convergem para uma matriz disciplinar, pois invocam conceitos como aprender a aprender e *resolução de situações problemas* que, conforme mostram alguns autores, dentre eles Saraiva e Veiga-Neto (2009), formam o campo discursivo da educação na governamentalidade neoliberal.

Nas Unidades, os jovens são estimulados a resolver situações-problemas criadas pelos Educadores Sociais, para que desenvolvam habilidades e estratégias que lhes proporcionem a apreensão, por si mesmo, de novos conhecimentos. Desenvolvendo nos adolescentes a capacidade de aprender a aprender, habituando-os a determinar por si próprios as respostas às questões que os inquietam, sejam elas escolares ou da vida cotidiana, ao invés de

esperar uma resposta pronta, trabalha-se no dia a dia o protagonismo juvenil. E um dos resultados é expresso com a turma assumindo seu espaço na comunidade e contribuindo com ações solidárias, para diminuir os problemas existentes (FPP, 2014b, p. 21).

Além dos enunciados relacionados com a orientação pedagógica, o excerto também convoca os jovens a gerirem sua própria formação e a não esperarem que outros tomem decisões por eles, assumindo uma postura ativa, apontando para a produção de um sujeito que opera como um empresário de si (FOUCAULT, 2008b). Esse excerto traz, ainda, outro elemento para corroborar a afirmação de que o Projeto Pescar se insere na lógica da governamentalidade neoliberal: a articulação com a comunidade. De acordo com Rose (2012), a comunidade é a nova superfície em que inscrevem as tecnologias de governo nas sociedades neoliberais, deslocando o social. O “governo por meio da comunidade” exige que cada um seja responsável por si, mas também corresponsável pela comunidade.

Portanto, o excerto acima indica de diferentes modos e com consistência a inserção do Projeto Pescar na lógica da governamentalidade neoliberal. Para finalizar essa análise, trazemos, ainda, um excerto extraído do *site* da FPP, no *link* “Jovem Aprendiz Pescar”. Ao tratar dos benefícios que a empresa auferirá ao permitir que a formação por meio do Projeto Pescar seja realizada em suas dependências, a página indica que “isso facilita a identificação de talentos a serem absorvidos” (FPP, 2016). A noção de *talentos* a serem aproveitados pela empresa é uma noção ligada à ideia de capital humano: de acordo com a discursividade que se dissemina hoje, o talento seria um dos mais importantes componentes do capital humano. Um componente ligado à parcela inata do capital humano, que se desenvolve com a educação. O conceito de capital humano, criado por Schultz (1973), é bastante central nas teorizações da Escola de Chicago sobre o neoliberalismo, constituindo um conjunto de capacidades que cada um possui e que oferece ao mercado para gerar renda.

Desse modo, parece-nos possível afirmar que, enquanto as orientações relativas ao trabalho pedagógico contidas no *Manual* (FPP, 2008) e nas *Normas de convivência* (FPP, 2014a) têm por base mecanismos disciplinares, os documentos que são voltados para os empresários apresentam uma perspectiva diferente, afinada com os fundamentos da governamentalidade neoliberal.

Considerações finais

Segundo Cruz e Saraiva (2012), a modernidade se desenvolveu assentada no triedro capitalismo industrial – disciplina – liberalismo, que estaria se transformando,

nas sociedades contemporâneas, em capitalismo cognitivo – controle – neoliberalismo². Portanto, de acordo com os autores, a disciplina estaria perdendo destaque na atualidade. Ainda segundo Saraiva e Veiga-Neto (2009), os efeitos dessa transformação sobre o campo educacional poderiam ser percebidos pelas mudanças que vêm sendo propostas para o currículo e para o trabalho docente, enfraquecendo as características disciplinares em prol de outras mais alinhadas com as sociedades de controle.

Entretanto, as análises aqui apresentadas mostram que a proposta pedagógica do Projeto Pescar é solidamente calcada no poder disciplinar, na contramão dos discursos privilegiados no campo educacional na atualidade. Talvez seja possível pensar que ainda se entenda ser adequado submeter a juventude em situação de vulnerabilidade a um esquema de moralização rígido como aquele proporcionado pelas disciplinas. Tal como no passado, a juventude das classes populares seria considerada incapaz de dominar seus instintos, devendo ser sujeitada por uma coerção mais forte do que a das classes mais favorecidas.

Por outro lado, os materiais desenvolvidos pelo Projeto Pescar voltados para os empresários, com o objetivo de firmar ou consolidar parcerias, teriam sido desenvolvidos para apresentar o projeto dentro da lógica da governamentalidade neoliberal, baseada no empresariamento da vida e na produção de relações de concorrência. Portanto, parece haver um entendimento de que esses empresários considerariam mais atraente investir em um projeto voltado para a produção de sujeitos empresários de si, mais afinados com o mercado contemporâneo, do que de sujeitos disciplinados, que parecem já não atender o que se espera de um trabalhador.

O Projeto Pescar funcionaria, então, como uma dobradiça que articula o projeto moderno com as demandas contemporâneas em torno de uma juventude vulnerável. A situação de vulnerabilidade desses sujeitos traria a necessidade de sujeitá-los a rígidos processos de moralização baseados nas disciplinas, sendo que a aceitação dessa submissão seria paga pela promessa de qualificação profissional. Por outro lado, para que o projeto possa funcionar, é necessário mostrar para os empresários que o financiam que serão produzidas subjetividades afinadas com aquilo que eles esperam de um trabalhador.

² Vale observar que essa transformação não é apresentada pelos autores sob uma lógica de substituição, mas de mudança de ênfase.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. *Projeto escola de fábrica*. Publicado em 4 fev. 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec>>. Acesso em: 19 maio 2014.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. Da adolescência em perigo à adolescência perigosa. *Educação em revista*, n. 15, p. 17-23, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So104-40601999000100002>. Acesso em: 08 set. 2016.

COIMBRA, Cecília; NASCIMENTO, Maria Lívia. Jovens Pobres: o mito da periculosidade. In: FRAGA, Paula César; IULIANELLI, Jorge Atílio. *Jovens em tempo real*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 3-33.

CRUZ, Jairo A.; SARAIVA, Karla. Programas trainees corporativos e o governo das almas. *Cadernos de pesquisa*, v. 42, n. 145, p. 30-47, jan./abr. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v42n145/04.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2016.

DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 24, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2016.

DELEUZE, G. *Conversações*. São Paulo: Ed. 34, 2008.

EWALD, François. *Foucault, a norma e o direito*. Lisboa: Veja, 1993.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 38. ed. Trad. Raquel Ramalheite. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. A sociedade disciplinar em crise. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos IV – Estratégia poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. p. 267-269.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: PUCRJ, 2001.

FPP, Fundação Projeto Pescar. *Projeto Pescar*. Disponível em <<http://site.projetopescar.org.br/>>. Acesso em: 09 set. 2016.

FPP, Fundação Projeto Pescar. *Normas de convivência do jovem*. Porto Alegre: Fundação Projeto Pescar, 2014a.

FPP, Fundação Projeto Pescar. *Relatório social*. Porto Alegre, RS: Gráfica Comunicação Impressa, 2014b.

FPP, Fundação Projeto Pescar. *Manual de desenvolvimento pessoal e cidadania: descoberta do eu, família, comunicação e tecnologia, ambiente de trabalho, meio ambiente, saúde, ecologia*. Porto Alegre: Fundação Projeto Pescar, 2008.

LOCKMANN, K. *A proliferação das políticas de assistência social na educação escolarizada: estratégias da governamentalidade neoliberal*. 2013. 317 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

LUHMANN, N. *Sociologia del riesgo*. Guadalajara: Walter de Gruyter Co., 1992.

MANFREDI, S. M. *Educação Profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

RIZZINI, Irene. *O século perdido*. São Paulo: Cortez, 2011.

ROSE, Nikolas. A morte do social? Recalculando o território de governo. In: MILLER, Peter; ROSE, Nikolas. *Governando o presente*. São Paulo: Paulus, 2012. p. 105-138.

SARAIVA, Karla. Educado para viver sem riscos. *Educação* (Porto Alegre, impresso), v. 36, n. 2, p. 168-179, maio/ago. 2013. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/12894>>. Acesso em: 08 set. 2016.

SARAIVA, Karla; LOPES, Maura C. Educação, inclusão e reclusão. *Currículo sem fronteiras*. v. 11, n. 1, p.14-33, jan/jun. 2011. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol11iss1articles/saraiva-lobes.htm>>. Acesso em: 08 set. 2016.

SARAIVA, Karla; VEIGA-NETO, Alfredo. Modernidade líquida, capitalismo cognitivo e educação contemporânea. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 187-201, mai./ago. 2009. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/8300>>. Acesso em: 08 set. 2016.

SCHULTZ, Theodore. *Capital humano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SOUZA, Regina *O discurso do protagonismo juvenil*. 2006. 351 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Pós-graduação em Sociologia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

VARELA, Julia. Categorias espaço-temporais e socialização escolar: Do individualismo ao narcisismo. In: COSTA, M. V (org.). *Escola básica na virada do século: cultura, política e currículo*. São Paulo: Cortez, 1996. p. 73-106.

VARELA, Julia; ALVAREZ-URIA, Fernando. A maquinaria escolar. *Teoria e Educação*, v. 6, p. 69-97, 1992.

Recebido em: 02/11/2016.

Aceito em: 24/11/2016.

Daniela Ortácio

Mestre em Educação pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) e professora do Curso de Serviço Social desta mesma universidade. danielaortacio@gmail.com

Karla Saraiva

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e professora do Programa de Pós-Graduação em Educação de Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). karlasaraiva@via-rs.net